

CON JUN TURA

ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS

REPUBLICANA

TRABALHO POR APLICATIVO

REPUBLICANOS PROTAGONIZA O DEBATE SOBRE TRABALHO POR APLICATIVO

P.3

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

AGENDA DO PLANALTO

**A INDICAÇÃO DE
MESSIAS E O TESTE DE
FORÇA ENTRE PLANALTO
E CONGRESSO**

P.6

TEMPERATURA DO CONGRESSO

**CCJ ADIA VOTAÇÃO
DO PL ANTIFACÇÃO
EM MEIO A EMBATE
POLÍTICO**

P.9

ACONTECEU NA FRB

**EDIÇÃO 2025 DO FRB
MOBILIZA – COMUNICAÇÃO
E LIDERANÇA CHEGA
AO FIM**

P.12

VISÃO DO ESPECIALISTA

**FNDE DIVULGA ESTADOS
QUE TERÃO RECURSOS
PARA ENSINO MÉDIO
INTEGRAL**

P.16



2025 – Fundação Republicana

Brasileira (FRB) ©

Direitos reservados em conformidade
com a Lei nº 9.610/1998

PRESIDÊNCIA FRB:

Renata Sene (2025-2027)

GERÊNCIA FRB:

Gabrielle Assumpção

COORDENAÇÃO ASSESSORIA

DE COMUNICAÇÃO FRB:

Denise Matos



COORDENAÇÃO NÚCLEO DE

ESTUDOS E PESQUISAS (NEP):

Fábio Vidal

**CON
JUN
TURA**
ATUALIZE-SE
EM POUCOS
MINUTOS
REPUBLICANA

FICHA TÉCNICA | EDITORIAL

TEXTO:

Fábio Vidal – NEP/FRB

Kamilla Dias – NEP/FRB

PROJETO GRÁFICO:

Igor Bessa

DIAGRAMAÇÃO:

Samuel de Paula – Ascom/FRB

REVISÃO/EDIÇÃO:

Tamires Lopes – Ascom/FRB

APOIO DE JORNALISMO:

Mazé Rodrigues – Ascom/FRB

MTB: 0014348/DF

FOTO ARQUIVO:

Carlos Gonzaga – Ascom/FRB



*Aprenda como o jogo
funciona **de verdade***

ASSESSORIA PARLAMENTAR E RIG

curso rápido
& gratuito

Inscreva-se agora



Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

REPUBLICANOS PROTAGONIZA O DEBATE SOBRE TRABALHO POR APLICATIVO

A discussão sobre o projeto que regulamenta o trabalho por aplicativo (PLP 152/25) tem ganhado destaque na agenda nacional e deve ter seu relatório apresentado ainda nesta semana

A proposta, sob relatoria do deputado Augusto Coutinho (Republicanos/PE), tornou-se o centro de uma disputa por protagonismo institucional. O tema

mobiliza governo federal, empresas de tecnologia e categorias organizadas, enquanto Coutinho se consolida como mediador estratégico ao conduzir as negociações e buscar um ponto de equilíbrio entre interesses divergentes.

O projeto surge como resposta à pressão pela institucionalização de um segmento que emprega milhões de trabalhadores, mas opera em um vazio regulatório que tem gerado crescente insatisfação entre entregadores e motoristas.

A estratégia do relator é propor um modelo híbrido que reconheça a autonomia do trabalho por aplicativo, mas estabeleça salvaguardas mínimas, especialmente previdenciárias, e garanta segurança jurídica.

Ao mesmo tempo, ele tenta equilibrar a pressão do governo por maior proteção social com o receio das empresas de que novas obrigações elevem custos, encareçam o serviço e afastem usuários.



Freepik

O objetivo central da regulamentação é criar um marco com regras mínimas que não desfigure o modelo de negócios que tornou esses serviços amplamente acessíveis. Ainda assim, pontos como o custeio previdenciário e o nível de transparência exigido das plataformas seguem como focos de divergência e dificultam o avanço da tramitação.

Nesse contexto, o evento “Bate-Papo Político – Trabalho por Aplicativo”, promovido pela FRB, atuou como ação de escuta qualificada ao reunir trabalhadores, especialistas e representantes das plataformas, permitindo captar percepções reais do setor. Além disso, a presença do relator reforçou o protagonismo do Republicanos na formulação da agenda.

A INDICAÇÃO DE MESSIAS E O TESTE DE FORÇA ENTRE PLANALTO E CONGRESSO

A indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) inaugurou uma semana de tensão política para o governo Lula

A escolha desagradou lideranças do Congresso, especialmente o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União/AP), que articulava a indicação de Rodrigo Pacheco (PSD/MG).



Ricardo Stuckert / PR

A opção por Messias evidenciou um reposicionamento de forças entre Executivo e Legislativo, ao frustrar a expectativa de maior influência do Senado na composição da Corte e sinalizar uma decisão conduzida de forma mais centralizada pelo Planalto, com menor compartilhamento prévio.

O episódio deixou de ser um desgaste silencioso e evoluiu para reação concreta quando o Congresso convocou sessão conjunta e derrubou grande parte dos vetos presidenciais à Lei Geral do Licenciamento Ambiental.

A restauração de dispositivos que flexibilizam etapas e modalidades foi interpretada como um recado institucional: o Parlamento dispõe de instrumentos para reequilibrar o jogo quando se sente preterido em decisões estratégicas.

Somou-se a isso o cancelamento inicial do cronograma de sabatina, gesto que assumiu peso político e explicitou o desconforto de Alcolumbre com o processo.

Paralelamente, levantamentos recentes têm registrado avanço da rejeição ao governo, comprimindo a margem de negociação do Executivo em um ambiente de maior assertividade do Congresso.

Com respaldo popular limitado, derrotas legislativas produzem efeitos multiplicadores: desgastam a percepção de liderança, tensionam a base e estimulam a oposição a elevar o custo das pautas governistas.

Esse conjunto de fatores consolida um ponto de inflexão para a governabilidade. O Planalto precisará recalibrar sua articulação, ampliar canais de consulta prévia e ajustar o timing de decisões sensíveis.

A interlocução com o Senado tende a se tornar eixo decisivo na condução da agenda política. Em um cenário de pré-campanha e reorganização de blocos, o governo enfrenta o desafio de preservar sua imagem enquanto negocia com um Congresso mais autônomo, consciente de sua força e disposto a exercê-la.



Lula Marques/Agência Brasil

CCJ ADIA VOTAÇÃO DO **PL ANTIFACÇÃO** EM MEIO A EMBATE POLÍTICO

A discussão sobre o PL Antifacção chega ao Senado em clima de pressão, com a pauta da segurança pública no topo da agenda nacional e o debate sobre o combate às facções convertendo-se em ativo eleitoral

A aprovação na Câmara, por ampla maioria, sinalizou um ambiente favorável ao endurecimento penal, mas a tramitação no Senado reconfigura o tabuleiro.

O embate entre governo e oposição se intensifica: enquanto a oposição pressiona por medidas mais rígidas e ajustes de alcance, o Executivo busca preservar instrumentos de investigação e controle.

A votação na CCJ foi adiada para a próxima semana, evidenciando cautela e disputas internas.

Há consenso sobre a necessidade de enfrentar o crime organizado, mas persiste a tensão entre eficácia, legalidade e impactos institucionais.

O projeto segue com chance real de aprovação, sujeito a alterações relevantes, e se torna um teste de equilíbrio entre a urgência política e a engenharia institucional.

EDIÇÃO 2025 DO FRB MOBILIZA – COMUNICAÇÃO E LIDERANÇA CHEGA AO FIM

A Fundação Republicana Brasileira (FRB) concluiu, nos dias 14 e 28 de novembro, em São Paulo e Brasília, o ciclo 2025 do FRB Mobiliza – Comunicação e Liderança

O projeto, iniciado em maio, contou com oito módulos e reuniu participantes de todos os estados, em formato presencial e on-line, com especialistas dedicados a fortalecer a comunicação estratégica para gerar resultados reais junto ao eleitorado.



Carlos Ognzaga/FRB

Para a presidente da FRB, Renata Sene, o Mobiliza 2025 teve caráter transformador.



“Foi uma jornada do saber. Encontramos pessoas habilidosas nos seus campos de atuação, lideranças locais que vão transformar seus espaços e impactar positivamente suas populações. Essa jornada passou rapidinho e já está pensada para 2026. Vem aí o FRB Mobiliza 26, com temas como comunicação assertiva, comunicação não violenta, inteligência artificial e muito mais. O que está por vir é extraordinário”, afirmou.

O percurso formativo abordou fundamentos da comunicação, tendências do voto, identidade digital, mobilização, estratégia de conteúdo e uso da marca, além de exercícios práticos e, no módulo final, construção de credibilidade e responsabilidade comunicativa.

A gerente administrativa da FRB, Gabrielle Assumpção, ressaltou:



“A FRB trabalha para pessoas e por pessoas. Organizar o Mobiliza é saber que ele vai impactar a sociedade. Preparar essas lideranças significa garantir que o trabalho delas gere resultados positivos na vida do cidadão. A Fundação Republicana se preocupa em levar capacitação ética, transparente e comprometida para todo o Brasil. Atendemos o país inteiro e queremos que todos conheçam o nosso trabalho e o compromisso que temos com o povo brasileiro.”

Participantes também relataram avanços. O vice-prefeito de Queluz/SP, Augusto Carrupt, afirmou que o curso amplia horizontes e prepara lideranças para transformar realidades. A assessora parlamentar Andrea da Silva destacou que os aprendizados aprimoram o trabalho diário, enquanto a vereadora Sheyla Chaves, de Garuva/SC, elogiou a iniciativa e o alcance da FRB.

Após oito meses de atividades, o FRB Mobiliza – Comunicação e Liderança se consolidou como um dos principais programas de formação política do

país. O encerramento marcou o início da preparação para a edição 2026, que aprofundará habilidades essenciais em um cenário cada vez mais tecnológico.

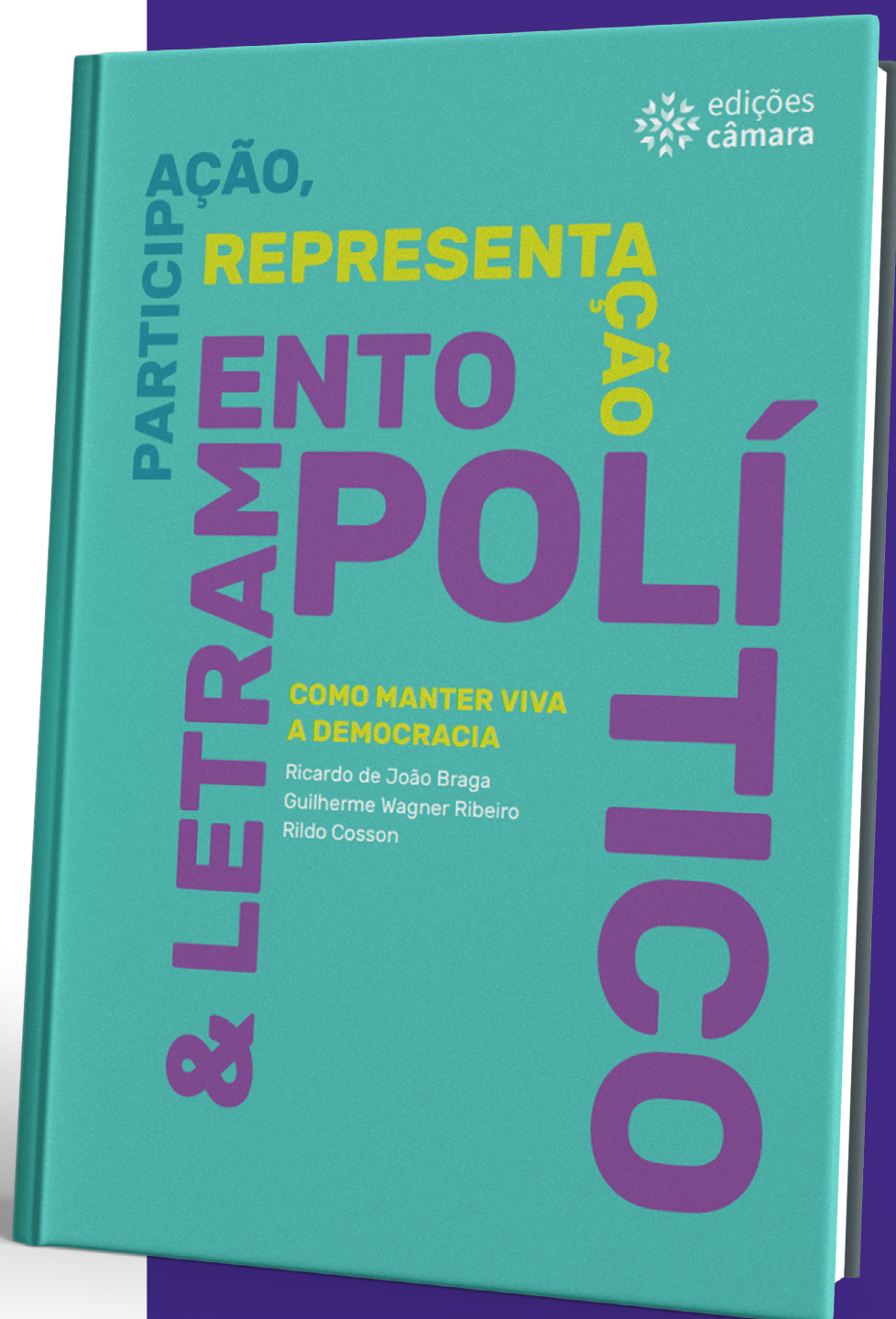
Assim, a FRB reafirma seu compromisso em formar cidadãos e lideranças conectadas à realidade do Brasil, fortalecendo a boa comunicação na política contemporânea.

Por: Mazé Rodrigues – Ascom FRB

FRB INDICA

A obra *Participação, Representação e Letramento Político* reúne reflexões sobre como a ação cidadã e a atuação das instituições contribuem para o fortalecimento da democracia. Os autores discutem temas que envolvem engajamento político, qualidade da representação e formação cívica, evidenciando como esses elementos impulsionam a renovação democrática.

O livro apresenta caminhos para ampliar a participação política, qualificar o debate público e aproximar cidadãos e Legislativo na construção de uma democracia mais viva e responsiva.



FNDE DIVULGA ESTADOS QUE TERÃO RECURSOS PARA ENSINO MÉDIO INTEGRAL

O Ministério da Educação (MEC) publicou, na segunda-feira (1º), a Portaria nº 121/2025, que estabelece os estados habilitados a receber recursos do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI)

A iniciativa, executada pela Secretaria de Educação Básica do MEC, tem como objetivo ampliar a oferta de educação em tempo integral no ensino médio nas redes estaduais e no Distrito Federal.

Ao todo, 14 estados brasileiros receberão recursos referentes ao exercício de 2025, somando R\$ 70,1 milhões distribuídos

Foto: Arquivo FRB



**engenheiro
ragi**

Graduado em Engenharia Civil pela Unifenas (MG), é especialista na elaboração de projetos e demais documentos para realização de construção, reforma, fiscalização em obras da Educação e do Esporte, com recursos municipais e federais, trabalhando, em especial, com elaboração de projetos para aprovação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

entre as categorias de custeio e capital. Os repasses serão realizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao MEC e responsável pela operacionalização financeira da ação.

Os estados habilitados pela portaria são: Amapá, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Sergipe, São Paulo e Tocantins.

O valor destinado a cada ente federado foi calculado com base no limite de até R\$ 2 mil por estudante, conforme disponibilidade orçamentária. Os critérios utilizados seguem a Resolução nº 17/2020, que regulamenta os procedimentos de transferência de recursos para implantação de escolas de ensino médio em tempo integral.

Foram observados, especialmente, os artigos 6º, 7º e 14º, que tratam da definição dos estados habilitados e da metodologia de cálculo dos repasses.

A política de fomento integra o esforço nacional para fortalecer a oferta de educação integral, garantindo maior tempo de permanência dos estudantes na escola, ampliação das oportunidades formativas e melhoria das condições de aprendizagem.

Criado pela Portaria nº 1.145/2016 e regulamentado atualmente pela Portaria nº 2.116/2019, o Programa de Fomento apoia as redes estaduais e distrital na implementação de escolas de ensino médio em tempo integral.

A ação é coordenada pela Secretaria de Educação Básica do MEC, por meio da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, com transferência de recursos realizada pelo FNDE.

As opiniões expressas neste texto são de responsabilidade exclusiva do autor e não refletem, necessariamente, a posição institucional da Fundação Republicana Brasileira (FRB).



AJUDANDO A FORMAR CIDADÃOS

CONTATO@FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR

SIGA A FUNDAÇÃO REPUBLICANA
BRASILEIRA NAS REDES SOCIAIS



WWW.FUNDACAOREPUBLICANA.ORG.BR